

AS MAZELAS DA MERITOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O DISCURSO MERITOCRÁTICO E SUA INFLUÊNCIA NA LEGITIMAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Cláudia Facioli Bazi

PPGICH - Universidade Federal da Fronteira Sul

claudiabazi@hotmail.com

Eixo 07: Ciências Humanas

RESUMO

Este trabalho qualitativo utiliza a técnica de pesquisa bibliográfica e documental e tem como objetivo discutir a legitimação das desigualdades sociais a partir do discurso meritocrático. A meritocracia surge com o intuito de tencionar os privilégios aristocráticos, porquanto valoriza o mérito individual, excluindo as vantagens adquiridas pela linhagem familiar. Todavia, na prática, a meritocracia se assemelha à aristocracia, porque é um sistema excludente que legitima as desigualdades sociais na medida em que traz a ideia de que todos podem atingir o sucesso, basta apenas ser persistente e merecedor. Logo, aplaude os vencedores e pune os perdedores, lhes atribuindo a culpa pelo fracasso e isentando a responsabilidade do Estado e da sociedade em geral.

Palavras-chave: Meritocracia. Desigualdade. Privilégios.

INTRODUÇÃO

A temática relacionada à meritocracia é emergente entre os estudiosos, embora seja um tema de grande relevância social ainda carece de pesquisas e estudos mais aprofundados. Dessa forma, o presente trabalho pode apresentar relevância acadêmica e social.

Inicialmente, será realizada uma revisão de literatura, com intuito de explicar o surgimento do termo meritocracia e sua conceituação, que traz a ideia de sucesso atribuído ao esforço do indivíduo.

No decorrer da pesquisa, no entanto, será possível verificar que a meritocracia se torna um sistema similar ao aristocrático, uma vez que que cria “castas sociais”, privilegiando os bem-nascidos. Além disso, serão visualizados os efeitos contraditórios da meritocracia, além da sua influência na legitimação das desigualdades sociais, demonstrando que a visão distorcida sobre a meritocracia traz grandes prejuízos à sociedade, em especial aos menos favorecidos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização deste resumo será utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica e documental, com a abordagem de pesquisa qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A origem semântica do termo meritocracia é atribuída ao sociólogo inglês Michael Young, em seu ensaio *The Rise of the Meritocracy*, publicado em 1958 (Mazza; De Mari, 2021). Young preceitua que meritocracia é um sistema que se opõe ao sistema dos privilégios aristocráticos (1967 apud Mazza; De Mari, 2021).

Além disso, de acordo com Barbosa, o nascimento do conceito de meritocracia também está relacionado com o período moderno Europeu, porquanto, nesse momento, a sociedade questionou os privilégios da aristocracia (2006 apud Mazza; De Mari 2021).

De acordo com Barbosa (2008), a meritocracia pode ser conceituada como um conjunto de valores que determinam que as posições das pessoas na sociedade devem ser resultado do mérito individual, ou ainda “reconhecimento público da qualidade das realizações individuais” (Barbosa, 2008, p. 22). Consequentemente, nota-se que a meritocracia é concebida como uma forma de justiça social, na medida em que traria igualdade de oportunidades, priorizando o mérito individual (Teixeira, 2018).

O discurso meritocrático, teoricamente, é muito atrativo, visto que sua principal função é acabar com os privilégios hereditários e promover o mérito pessoal. Assim, todos os indivíduos possuiriam chances concretas de obter o prestígio social, mas somente os “melhores” ou mais dedicados conseguiriam.

Entretanto, a ideologia meritocrática aplicada à realidade brasileira pode gerar efeitos catastróficos, uma vez que a equidade não existe na prática. Logo, os ganhadores muitas vezes não são os mais esforçados, mas sim os mais privilegiados. Em vista disso, é inviável pensar sobre meritocracia ignorando o fato de que uma parcela da população não tem acesso à alimentação, à moradia, ao saneamento básico e quiçá a uma educação de qualidade.

Segundo Markovits (2019, p.409), “A meritocracia, como a aristocracia, isola totalmente uma casta de elite do restante da sociedade e permite que essa casta transmita seus privilégios às gerações seguintes”. A referida transmissão e a aceitação/legitimação da lógica meritocrática ocorre, em grande parte, pela via da educação escolar.

Esses privilégios são reproduzidos de geração em geração de forma tão natural que se tornam inquestionáveis e intocáveis. O capital cultural, conceito criado pelo Sociólogo Pierre Bourdieu, é um exemplo disso: “seu pressuposto era o de que os bens culturais herdados dos pais atuavam com mais força do que as posses econômicas da família nos destinos escolares

dos indivíduos” (Nogueira, 2021, p.3).

Partindo-se desse conceito de capital cultural, é possível pensar sobre as barreiras que impedem a educação de ser um fator de mobilidade social, veja-se: indivíduos advindos de classes mais baixas possuem limitações que lhes causam grandes prejuízos na disputa escolar e que, na maioria das vezes, não permitem sua ascensão social

Inicialmente, pode-se elencar as dificuldades financeiras, visto que indivíduos que estão inseridos em contextos de extrema pobreza não têm a possibilidade de se dedicar integralmente aos estudos, porquanto precisam contribuir com o sustento do núcleo familiar.

Do contrário, aqueles que possuem maior poder econômico familiar podem se dedicar integralmente aos estudos, inclusive adentrando em escolas melhores e com maior índice de sucesso.

Ainda, é importante observar o fator cultural, pois indivíduos de classe média ou alta estão inseridos em ambientes com maior grau cultural e intelectual, já que frequentam cinemas, museus, teatros, além de terem acesso a livros e à internet.

No entanto, no que se refere aos indivíduos que estão à margem da pobreza, percebe-se que, “[...] algumas vezes, ainda que alguns pais estimulem os filhos a irem à escola, os motivos dessa escolha são ‘cognitivos’, da ‘boca para fora’, posto que a maior parte desses pais também não foi à escola [...]” (Souza, 2009, p.46). Dessa forma, “[...] como esses pais, por exemplo, não possuem, como consequência do “fracasso” escolar, o hábito da leitura eles mesmos, de que vale o estímulo, “da boca para fora”, sem a força do exemplo, para a leitura das crianças?” (Souza, 2009, p.46).

Como consequência da educação deficitária e da ausência de qualificação profissional, observa-se, por exemplo, que trabalhadores de classe média terão acesso às melhores oportunidades de trabalho, porquanto tiveram maiores oportunidades de capacitação e especialização. Assim, os privilégios vão se perpetuando, e os indivíduos das classes mais baixas permanecem com poucas possibilidades de alcançar o prestígio social.

Todavia, o grande problema que merece destaque é o fato de que as classes mais elevadas acreditam que merecem a vida mais avantajada que têm, uma vez que trabalharam para conquistar. Consequentemente, têm a crença de que pessoas marginalizadas que estão inseridas em situações de vulnerabilidade contribuíram para o seu próprio fracasso, uma vez que o sucesso ou insucesso são fatores determinados pelo mérito individual.

O mais alarmante é o fato de que os indivíduos que não alcançaram o sucesso acreditam que merecem o seu fracasso, visto que este é fruto de suas próprias escolhas e ações. Diante disso, podemos perceber “os comportamentos moralmente desagradáveis que a ética meritocrática promove, tanto entre vencedores quanto entre perdedores. Entre os

vencedores, gera arrogância; entre os perdedores, humilhação e ressentimento” (Sandel, 2020, p. 40).

A legitimação das desigualdades sociais pode ser percebida quando o privilégio passa a ser visto como justo, uma vez que tanto o opressor e quanto o próprio oprimido acreditam que o privilégio é fruto do esforço individual, ou seja, uma recompensa para o indivíduo que se destacou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à pesquisa realizada, pode-se chegar a algumas conclusões, quais sejam: é inequívoco que o sistema meritocrático se sobrepõe ao sistema aristocrático, uma vez que estabelecer privilégios em razão de parentalidade pode ser visto como algo imoral. Além disso, é evidente que o mérito do indivíduo deve ser observado e recompensado, visto que não existem motivos para se mostrar alheio ao esforço individual.

Todavia, alguns fatores devem ser ponderados a fim de que não se romantize a meritocracia e as desigualdades sociais dela decorrentes. Primeiramente, deve ser levado em consideração o fato de que o Brasil carrega sua herança escravocrata até a atualidade. Indivíduos são explorados constantemente em todos os cantos do país, milhões vivem à margem da linha da extrema pobreza, sendo invisíveis aos olhos do Estado e de boa parte da população. Enquanto isso, de outro lado, existem pessoas que são consideradas como “casos de sucesso” devido ao seu prestígio social, rentabilidade alta, educação e cultura acima da média.

Nesse contexto, a meritocracia, por ser um sistema que valoriza o esforço e trabalho individual, surge com uma retórica de que, diante das oportunidades ofertadas para todos, o sucesso é apenas uma consequência do esforço individual.

Todavia, o discurso do mérito, ao atribuir o sucesso ou fracasso de uma pessoa as suas escolhas pessoais, sua determinação e trabalho, utiliza de meio arдил para preservar privilégios e mascarar a legitimação das desigualdades sociais no nosso país, porquanto o “vencedor” mereceu o prestígio alcançado, enquanto o “perdedor” não se esforçou o suficiente, ignorando-se o fato de que, na corrida social, os indivíduos não largam da mesma linha de partida.

Existem fatores internos e externos de cada indivíduo, variáveis que irão influenciar em seus resultados, como por exemplo: o estímulo familiar, às condições financeiras, o ambiente social em que o indivíduo está inserido, alguns gatilhos que surgem no decorrer de suas trajetórias, entre outros.

Assim, considerando-se que os indivíduos não possuem equidade nas oportunidades, a meritocracia é imposta para a sociedade como uma forma de justificar as desigualdades sociais e o “fracasso” de tantas pessoas. Portanto, a discussão sobre a meritocracia se mostra atual e necessária e o assunto não se esgota com a presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Livia. **Igualdade e Meritocracia**: a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: FGV, 2008).

MARKOVITS, Daniel. **A cilada da meritocracia**: Como um mito fundamental da sociedade alimenta a desigualdade, destrói a classe média e consome a elite. Tradução: Renata Guerra. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

MAZZA, Moisés Giordano; DE MARI, Cezar Luis. **Meritocracia**: origens do termo e desdobramentos no sistema educacional do Reino Unido. Campinas: Pro-Posições, 2021. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/pp/a/RgrxhFhvFqnLwSGcdZ3VMky/?format=pdf>> Acesso em 21 maio. 2023.

NOGUEIRA, Maria Alice. **O capital cultural e a produção das desigualdades escolares contemporâneas**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/198053147468>>. Acesso em 28 jul. 2023.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? Tradução: Bhuví Libanio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: como é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

TEIXEIRA, Claudia Simone da Cunha. **As desigualdades sociais e a meritocracia na educação: a difícil transição do ensino médio a universidade**. Erechim: UFFS, 2018. Disponível em < <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2014> >. Acesso em 20 maio. 2023.